



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 792/97

Dispõe sobre a criação do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM) e Pensão a seus dependentes e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lajinha, por seus representantes aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - A instituição de Fundo específico para gerenciar os recursos e custear os encargos decorrentes de aposentadoria do servidor público municipal dos Poderes: Executivo e Legislativo, a pensão por invalidez e a pensão por morte, por este legada, constitui o objetivo desta Lei.

§ Único - As normas contidas nesta Lei são aplicáveis, extensivamente, às autarquias e às funções públicas do município.

Art. 2º - No cumprimento dos objetivos descritos no artigo anterior desta Lei, fica criado o Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM).

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, a expressão Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal, a sigla FAPEM e o vocábulo fundo se equivale.

§ 2º - O FAPEM, de que trata este artigo, é um Fundo especial de natureza contábil a cujo crédito se levarão todos os recursos vinculados aos seus objetivos, orçamentários e extra-orçamentários, inclusive a receita própria, ficando assegurada a sua autonomia administrativa e financeira em razão de sua peculiaridade, cuja gestão é destacada dos demais órgãos e entidades administrativas da Prefeitura.

Art. 3º - O Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM) integra a estrutura organizacional da Prefeitura, como unidade administrativa subordinada diretamente ao Prefeito Municipal e terá duração ilimitada.

Art. 4º - O Fundo de Aposentadoria do Servidor Municipal terá direção superior de Conselho de Administração composto de 07(sete) membros, todos nomeados por ato próprio do Prefeito Municipal.

§ 1º - O Secretário/Diretor Municipal de Administração o Secretário/Diretor Municipal de Fazenda e o Presidente da Câmara são membros natos do Conselho de Administração do FAPEM.

§ 2º - O Prefeito Municipal indicará 01(um) servidor aposentado e 01(um) pensionista e respectivos suplentes para representarem os inativos e os pensionistas no Conselho de Administração do FAPEM.

Art. 5º - Os servidores públicos municipais na ativa elegerão 02(dois) representantes e respectivos suplentes para comporem o Conselho de Administração do FAPEM.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ Único - A eleição se efetuará mediante voto secreto, de acordo com as normas expedidas em ato próprio do Prefeito Municipal.

Art. 6º - O mandato dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM) referido nos artigos anteriores será de 02(dois) anos, permitida a reeleição, por uma única vez.

Art. 7º - O Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM) reunir-se-á com a maioria de seus membros e as suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

Art. 8º - O Secretário/Diretor Municipal de Administração será o Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM).

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração do FAPEM serão secretariadas por um de seus membros, indicado pelo Presidente.

§ 2º - O exercício da função de conselheiro do Conselho de Administração do FAPEM é gratuito e constituir-se-á em serviço público relevante para o município.

Art. 9º - Ao Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal compete:

- I – decidir sobre as aplicações financeiras dos recursos do Fundo;
- II – decidir sobre pedidos e questões relacionadas com a concessão de aposentadoria de servidor ou a concessão de pensão a dependentes por sua morte na forma da legislação aplicável;
- III – elaborar e votar o seu Regimento Interno, que será aprovado por Decreto do Prefeito Municipal;
- IV – Aprovar o orçamento anual do Fundo;
- V – solicitar ao Prefeito Municipal abertura de crédito suplementar ou especial, quando necessário;
- VI – aprovar o Plano de Contas do FAPEM;
- VII – decidir sobre questões que lhe sejam compatíveis quando para tal for demandado pelas autoridades municipais e pelos servidores, na ativa, por inativos e pensionistas

Art. 10 – O Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM) reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente, ou por solicitação de pelo menos 1/3(um terço) de seus titulares.

Art. 11 – Os cheques à conta do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM) serão assinados pelo Presidente do Conselho de Administração e por um dos membros desse Conselho devendo a escolha recair em representante dos servidores.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 12 - São receitas do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM):

I – a contribuição mensal obrigatória, com base no parágrafo único do art. 149 da Constituição Federal, na alíquota de 8% (oito por cento) calculada sobre a remuneração mensal do Servidor Público Municipal efetivo, mediante desconto de folha de pagamento;

II – a contribuição mensal do município será da metade do valor igual ao somatório das contribuições devidas pelos servidores municipais, referidos no inciso anterior;

III – os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

IV – as resultantes de investimentos e inversões financeiras;

V – as originárias de doações, legados e outras formas similares;

VI – a resultante de receitas próprias do FAPEM;

VII – quaisquer outras receitas em prol do Fundo, ou por este obtida além das acima especificadas;

§ 1º - As receitas do FAPEM serão depositadas em contas, aplicação, rendimento, poupança e movimento a serem abertas e mantidas junto a instituições financeiras oficiais, com agência, sucursal, escritório ou unidade similar no Município.

§ 2º - As contribuições previstas nos incisos I e II deste artigo serão creditadas na conta de movimento do Fundo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao desconto.

§ 3º - É vedada a utilização de recursos financeiros do FAPEM por mercado de ações, e em investimentos de risco, como tais definidos em lei ou pela prática usual do mercado.

Art. 13 - Constituem ativos do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM):

I – disponibilidades financeiras em instituição financeira oficial no montante mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração oriundas das receitas especificadas para ocorrer com despesas imediatas de pronto pagamento;

II – direitos que porventura vier adquirir;

III – bens móveis e imóveis que vier a adquirir;

IV – bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus;

V – bens móveis e imóveis destinados à administração do Fundo.

Art. 14 - Constituem passivos do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal, de acordo com cálculo atuarial, os valores destinados a cobertura de aposentadorias e pensões concedidas e a conceder, dos riscos expirados ou não expirados, bem como, das obrigações de qualquer natureza, que porventura o município venha a assumir para a manutenção das aposentadorias e pensões de que trata a presente Lei.

Art. 15 - O Orçamento do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM) integrará o Orçamento Geral do Município em obediência aos



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

princípios de unidade e universalidade, observando-se, na sua elaboração e execução, os padrões e normas aplicáveis ao município pela legislação em vigor.

§ 1º - A escrituração das contas do FAPEM será feita pelo órgão de contabilidade do município.

§ 2º - O Plano de Contas do FAPEM será aprovado pelo seu Conselho de Administração em perfeita articulação com o regime de contas da contabilidade geral do município.

§ 3º - Nenhuma despesa do FAPEM será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

§ 4º - Os balancetes e os balanços do FAPEM serão assinados pelo Contador Geral do Município, pelo Presidente do Conselho de Administração do FAPEM e pelos representantes dos servidores, dos aposentados e dos pensionistas membros do referido Conselho.

§ 5º - Anualmente, a cada 30 de junho, será levantado o balanço atuarial do FAPEM, a fim de ser indicada qualquer providencia ou medida concreta, caso necessária, para a garantia técnica de seus encargos e das disponibilidades do Fundo.

§ 6º - Os saldos positivos do FAPEM apurados em balanço serão transferidos para o exercício seguinte a seu próprio crédito.

Art. 16 - O desconto em folha de pagamento do servidor em favor do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal iniciar-se-á no mês imediatamente seguinte ao da publicação da presente Lei.

§ 1º - Ficam suspensos, a partir do mês imediatamente seguinte ao da publicação desta Lei quaisquer recolhimentos consignados em folha de pagamento dos servidores municipais para crédito de instituição de seguridade ou previdência social, e da assistência federal ou estadual, ressalvados os descontos para fundos de previdência privada, na forma da lei, de responsabilidade individual do servidor.

§ 2º - Eventuais descontos em favor de quaisquer instituições de seguridade social, previdência ou assistência, devidamente apurados, e não recolhidos, serão convertidos para o Fundo, ficando o Poder Executivo, incumbido de, no prazo de 90(noventa) dias, contados da data da publicação desta Lei, identifica-los apresentando ao Conselho de Administração o esquema de seu recolhimento aos cofres do Fundo.

Art. 17 - O Poder Executivo, no prazo de 180(cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, submeterá à Câmara Municipal, projeto de lei dispondo sobre o sistema de concessão de aposentadorias e de pensão aos servidores públicos municipais e seus dependentes, respaldado em levantamentos individuais de caráter funcional dos mesmos e seus dependentes bem como, em estudos técnicos e atuariais.

§ Único - Enquanto não for aprovado o projeto de lei referido no artigo, os pedidos de concessão de aposentadoria e pensão serão processados nos termos da legislação municipal em vigor e custeados pelo Tesouro Municipal.

Art. 18 - a Prefeitura e a Câmara do Município repassarão ao Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM), mensalmente, a partir do mês imediatamente seguinte à publicação desta Lei, os valores relativos aos seus encargos com aposentadoria e pensões para a quitação desses pelo Fundo perante os seus beneficiários.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 19 - O Prefeito Municipal baixará as instruções necessárias para a implantação do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (FAPEM), bem como fará as gestões necessárias para a extinção de registros e suspensão junto às entidades de seguridade, previdência e assistência e assistência social dos recolhimentos a seu favor.

Art. 20 - Esta Lei somente será modificada ou revogada mediante decisão de pelo menos 2/3(dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 21 – A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e sete (16/04/1997).

Paulo Cezar Hastenreiter Portes
Presidente da Câmara